PLANO NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO: OS REFLEXOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NA PRÁTICA ESCOLAR

NATIONAL BOOK AND TEACHING MATERIAL PLAN: THE REFLEXES OF A PUBLIC POLICY ON SCHOOL PRACTICE

PLAN NACIONAL DEL LIBRO Y MATERIAL DIDÁCTICO: LOS REFLEJOS DE UNA POLÍTICA PÚBLICA SOBRE LA PRÁCTICA ESCOLAR

Cintia Chung Marques Corrêa[1]
Fernanda Gonçalves Doro[2]

RESUMO
O presente artigo integra uma pesquisa de doutorado em educação[3], focada na utilização do material literário do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) em uma instituição da rede federal de ensino. Este recorte objetiva apresentar o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e refletir sobre a sua importância no contexto das práticas escolares relacionadas ao desenvolvimento do letramento literário. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com a intenção de conhecer a origem e os caminhos percorridos para que o PNLD se concretizasse na maior política pública de fomento à leitura no contexto brasileiro atual, além das observações de práticas de letramento literário realizadas nas aulas de Língua Portuguesa, em uma turma de nono ano do ensino fundamental. As discussões mostram a importância dessa política pública no sentido de dar acesso a todos os estudantes da rede pública ao material literário, além de pontuar as possibilidades de trabalho com os livros recebidos. Ao final, considera-se que as iniciativas do PNLD são fundamentais para capacitar estudantes em todo o Brasil a se tornarem leitores competentes, o que, por sua vez, impulsiona o aprimoramento da qualidade do ensino público.
PALAVRAS-CHAVE: Programa Nacional do Livro e do Material Didático; política pública de incentivo à leitura; letramento literário.

ABSTRACT
This article is part of a doctoral research in education, focused on the use of literary material from the National Book and Teaching Material Program (PNLD) in a federal education institution. This section aims to present the National Book and Teaching Material Program (PNLD) and reflect on its importance in the context of school practices related to the development of literary literacy. To this end, a bibliographical research was carried out with the intention of knowing the origin and the paths taken so that the PNLD became the largest public policy to promote reading in the current Brazilian context, in addition to observations of literary literacy practices carried out in literacy classes. Portuguese language, in a ninth year elementary school class. The discussions show the importance of this public policy in terms of giving all public school students access to literary material, in addition to highlighting the possibilities of working with the books received. In the end, it is considered that PNLD's initiatives are fundamental to enabling students across Brazil to become competent readers, which, in turn, drives the improvement of the quality of public education.
KEYWORDS: National Book and Teaching Material Program; public policy to encourage reading; literary literacy.

RESUMEN
Este artículo forma parte de una investigación doctoral en educación, enfocada en el uso de material literario del Programa Nacional del Libro y Material Didáctico (PNLD) en una institución educativa federal. Esta sección tiene como objetivo presentar el Programa Nacional del Libro y Material Didáctico (PNLD) y reflexionar sobre su importancia en el contexto de las prácticas escolares relacionadas con el desarrollo de la alfabetización literaria. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica con la intención de conocer el origen y los caminos recorridos para que el PNLD se convierta en la mayor política pública de promoción de la lectura en el actual contexto brasileño, además de observaciones de las prácticas de alfabetización literaria realizadas en clases de

[1] Universidade Católica de Petrópolis (UCP/RJ), Brasil. Orcid: 0000-0002-3091-8942
[2] Universidade Católica de Petrópolis (UCP/RJ), Brasil. Orcid: 0000-0002-4742-3436
[3] A pesquisa foi autorizada pelo comitê de ética, em 14 de dezembro de 2022, sob o Número do Parecer: 5.816.820.

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

alfabetización en lengua portuguesa, en una clase de noveno año de educación primaria. Las discusiones muestran la importancia de esta política pública en términos de dar acceso a material literario a todos los estudiantes de las escuelas públicas, además de resaltar las posibilidades de trabajar con los libros recibidos. Al final, se considera que las iniciativas del PNLD son fundamentales para permitir que los estudiantes de todo Brasil se conviertan en lectores competentes, lo que, a su vez, impulsa la mejora de la calidad de la educación pública.
PALABRAS CLAVE: Programa Nacional del Libro y Material Didáctico; política pública para incentivar la lectura; alfabetización literaria.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, as políticas públicas relacionadas à valorização do livro e da leitura no Brasil experimentaram uma série de transformações substanciais e progressivas, as quais culminaram na estruturação do formato que se observa hoje. A primeira ação relacionada à distribuição de livros ocorreu em 1930, com a Fundação Cairu e com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL). Somente em 1985, por meio do Decreto nº 91.542, foi instituído oficialmente o Programa Nacional do Livro Didático. Em uma iniciativa recente, sob o Decreto nº 9.099, de 17 de julho de 2017, estabeleceu-se que as atividades pertinentes à aquisição e à distribuição de obras didáticas e literárias seriam atribuídas ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Atualmente, este programa provê suporte a aproximadamente 140 mil instituições de ensino em território brasileiro, beneficiando cerca de 40 milhões de estudantes matriculados na educação básica.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é o meio pelo qual, atualmente, o governo federal avalia obras didáticas, pedagógicas e literárias de forma regular e sistemática, e distribui às escolas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distritais, bem como a instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o poder público. De acordo com o portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PNLD é o programa de distribuição de livros didáticos mais antigo do país, uma vez que este site entende que ele surgiu junto com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), no Estado Novo.

Este texto é um recorte de um estudo investigativo de doutorado na área de educação, o qual se debruça sobre as práticas desenvolvidas com os recursos literários fornecidos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) dentro de uma entidade educacional pertencente à rede federal. O presente artigo tem por objetivo traçar um panorama histórico do PNLD, abrangendo desde sua concepção inicial, passando pelas diversas etapas de evolução e reformulação, até alcançar a configuração atualmente implementada e refletir sobre a sua importância no contexto das práticas escolares relacionadas ao desenvolvimento do letramento literário.

A metodologia utilizada combinou o levantamento de leis e bibliografias pertinentes à evolução do acesso à literatura no Brasil e as experiências vivenciadas no contexto de uma turma do nono ano do ensino fundamental de uma escola de rede federal, localizada no estado de Minas Gerais, complementada por uma revisão bibliográfica das fontes consultadas para a análise e interpretação dos dados coletados durante o estudo.

Dessa forma, para a contextualização histórica e do percurso desenvolvido para que a Política Nacional do Livro se concretizasse, utilizaram-se como referência, principalmente, os pressupostos de Bragança (2009), Filgueiras (2013), Rosa; Odone (2006) e o portal FNDE, além da Constituição Federal e outras legislações relacionadas. Para interpretação dos dados obtidos por meio da observação *in loco*, foram utilizadas as considerações de Solé (1998), Candido (2011) e Leite (2010).

O relato narrado neste artigo origina-se do trabalho realizado com o livro "A Revolução dos Bichos", de George Orwell, nas aulas de Língua Portuguesa. As observações ocorreram ao longo de doze semanas, totalizando cinco horas-aula por semana, com 50 minutos cada. A coleta de dados foi efetuada por meio de observação e entrevistas com a professora e cinco estudantes da turma. Após a coleta, procedeu-se à seleção e categorização do material. O material empregado na elaboração deste estudo provém da categoria "práticas de letramento literário".

As experiências vivenciadas em escolas públicas, somadas às valiosas pesquisas encontradas em revistas especializadas e às ricas discussões em eventos de educação, mostraram às autoras as complexidades e os desafios da educação básica no Brasil, suscitando interesse por desenvolver a investigação sobre a importância de ações efetivas voltadas para as práticas de leitura e formação de leitores. Essa constatação reforça-se ao observar o desempenho dos estudantes brasileiros em avaliações de larga escala, que revelam a necessidade urgente de melhorar o nível de aprendizado. Além disso, a leitura, essencial para a aquisição de novos conhecimentos, representa um desafio significativo para estudantes de todas as etapas do ensino básico.

Os resultados do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) no quesito Leitura nos anos 2018 e 2022 refletem os desafios contínuos que o Brasil enfrenta no campo da educação. Em 2018, mais da metade dos estudantes brasileiros não conseguiu ultrapassar o nível 2 de proficiência em leitura, indicando dificuldades fundamentais na compreensão de textos. Em 2022, os resultados não mostraram uma melhoria significativa. Cerca de 50% dos estudantes avaliados obtiveram desempenho abaixo do nível 2, e apenas 2% obtiveram alto desempenho em leitura.

Esses dados sugerem que, apesar dos esforços e das iniciativas implementadas ao longo dos anos, o Brasil ainda precisa focar em estratégias eficazes para melhorar a compreensão leitora dos estudantes, que é fundamental para o sucesso acadêmico e profissional. A leitura não só amplia o conhecimento, mas também aprimora o pensamento crítico e a capacidade de compreensão, elementos fundamentais para o sucesso educacional e para a formação de cidadãos conscientes. Dessa forma, o fomento às pesquisas que buscam contribuir para a melhoria da qualidade da leitura entre os estudantes do ensino básico deve ocupar lugar de destaque no contexto educacional brasileiro, pois tem como objetivo apontar caminhos e reflexões construtivas nesse sentido.

Com o intuito de aprofundamento nessa temática, buscou-se evidenciar os efeitos das ações do PNLD no cotidiano de uma escola de educação básica. As iniciativas implementadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), juntamente com a distribuição de materiais encaminhados às escolas, representam estratégias alinhadas com interesses comuns. Estas estratégias estão interconectadas e convergem para objetivos unificados: elevar o padrão de qualidade da educação e fomentar o hábito de leitura entre os estudantes.

O texto a seguir divide-se em três partes. A primeira descreve a trajetória histórica de ações do governo de incentivo à leitura e formação de leitores até a implantação de uma política pública que garantisse o acesso a livros e material didático e literário nas escolas públicas e filantrópicas de todo país. A segunda parte descreve parte da experiência vivenciada no contexto de sala de aula, tendo como foco o trabalho com um livro de literatura infanto-juvenil do catálogo de livros distribuídos nas escolas pelo PNLD. A terceira parte do texto busca esboçar reflexões acerca dos efeitos causados pela Plano Nacional de do Livro e do Material Didático às práticas realizadas dentro do contexto escolar. Ao final, são tecidas algumas considerações sobre as discussões e apresentadas as referências bibliográficas utilizadas neste estudo.

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO

Políticas públicas são definidas como um conjunto integrado de ações, programas e medidas adotadas pelo governo e instituições públicas para responder às necessidades sociais em diversas áreas, como saúde, educação, segurança e meio ambiente. Elas buscam promover a melhoria da qualidade de vida e solucionar questões coletivas, sendo geralmente respaldadas por legislação ou pela Constituição Federal. Caracterizam-se pela sua continuidade, transcendendo mudanças administrativas. Conforme Peters (1986) citado por Souza (2006),

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

políticas públicas consistem nas atividades governamentais, executadas diretamente ou por delegação, que influenciam significativamente a vida dos cidadãos.

A Política Nacional do Livro foi institucionalizada por meio da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, com o objetivo de garantir o pleno acesso e uso do livro por todos os cidadãos brasileiros. O esforço por melhorar os índices de leitura e, consequentemente, a qualidade da educação, culminou na política do Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), que atualmente, é responsável pela avaliação e distribuição das obras didáticas, pedagógicas e literárias de forma regular e sistemática a todas as escolas públicas do país. Embora hoje possa ser considerado um dos maiores programas de distribuição de livros do mundo, essa política percorreu um longo caminho até se consolidar no programa atual.

Uma trajetória de lutas e conquistas

O Brasil dos anos de 1900, recém-liberto de Portugal, começou a aventurar-se lentamente na implantação de indústrias e na modernização da sociedade. Para a produção de livros, jornais e folhetins, era necessário importar papel e máquinas, além de traduzir obras estrangeiras de diversas áreas. Segundo Bragança (2009), devido à Primeira Guerra Mundial, o comércio internacional com a Europa foi dificultado, e a prática de impressão na França e em Portugal, até então muito utilizada, ficou abalada. Essa dificuldade incentivou o desenvolvimento da tipografia brasileira e da indústria do papel.

Chartier (1999) afirma que a produção do livro entrou em uma nova era no mundo ocidental a partir dos anos 1830, pois a impressão, a fabricação do papel e a encadernação passaram a ser industrializadas. Em 1900, na Europa, surgiram diversas fábricas de livros que empregavam muitas pessoas e produziam um número bastante expressivo de obras para a época. Já na década de 1930, o Brasil deu seus primeiros passos rumo à modernidade, principalmente nas áreas de industrialização e urbanização. Nesse período, também surgiram diversos movimentos políticos que levaram à Revolução de Outubro de 1930, à Revolução Constitucionalista de 1932 e à consolidação do Estado Novo em 1937.

Ao assumir o cargo de presidente da República em 1930, Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e da Saúde Pública, tendo como ministro da pasta Francisco Campos, visto que esse foi um importante reformador da educação no estado mineiro na década de 1920. Vários decretos foram sancionados sob a responsabilidade do novo ministro, tendo por objetivos a reformulação e a reorganização dos ensinos secundário, superior e comercial.

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

Essas reformas contribuíram para acentuar as desigualdades sociais, uma vez que criaram novas metas e exigências educacionais inalcançáveis à camada mais pobre da população.

Em 1934, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Cultura, trouxe importantes contribuições para a educação brasileira. A Constituição Federal de 1934 estabeleceu normas para a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), sendo essa a primeira vez que uma constituição brasileira tratou da definição de diretrizes da educação nacional. Nesse contexto, a concepção e a elaboração do PNE foram atribuídas ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Acredita-se que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, apresentado em 1932[4], foi o grande motivador da campanha pela reorganização da educação nacional.

A preocupação em estabelecer critérios para a produção, circulação e distribuição de livros no território brasileiro ocorreu em 1937, quando foi instaurada uma política para o livro no país com a fundação do Instituto Cairu. A Lei nº 378 (DOU, 1937, p. 1.210) reformulou o Ministério da Educação e Saúde Pública e criou a Universidade do Brasil e também estabeleceu as normas para a criação do Instituto Cairu. Conforme o artigo 44: "Fica criado o Instituto Cairu que terá por finalidade organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira". Além disso, a Lei nº 378 criou o Instituto Nacional de Pedagogia, a Comissão de Literatura Infantil e o Serviço de Radiodifusão Educativa.

O Instituto Cairu permaneceu em atividade por pouco tempo. Em 10 de novembro de 1937, por meio do Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro do mesmo ano, foi transformado no Instituto Nacional do Livro (INL). Assim, o INL passou a controlar as ações relacionadas à produção e distribuição de livros no país, além de organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional. Além de fornecer os livros para as bibliotecas já existentes, o INL segundo Cunha (1967), citado por Bragança (2006), esforçou-se em fundar novas bibliotecas a fim de expandir o acervo literário no país. Também se empenhou na prestação de assistência técnica especializada às comunidades, por meio de bibliotecários e a estruturação de cursos de biblioteconomia ministrados em várias capitais e cidades do país, como em Belo Horizonte, Curitiba, Mossoró, Maceió, João Pessoa e Recife. Para Bragança (2009), os cursos serviram como estímulos para a criação de cursos universitários na região.

Após a saída de Vargas da presidência, tendo sido eleito presidente, Eurico Gaspar Dutra, uma nova Constituição foi promulgada no dia 18 de setembro de 1946, baseada na política liberal. Em busca de uma solução para a expansão da indústria de livros, foi criada a

[4] Documento *com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação,* assinado por 26 educadores e intelectuais, no ano de 1932, sob o título "*A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo".*

Câmara Brasileira do Livro (CBL). Inspirada nos ideais liberais, buscou estratégias para desenvolver meios de tornar a produção do livro mais acessível. Assim, foi concedida a isenção de direitos de importação para consumo ao papel utilizado na produção de livros.

Em 1956, o ministro da Educação, Abgar Renault[5], criou a Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME), por meio do Decreto 38.556. A Campanha visava produzir e distribuir material didático com a finalidade de contribuir para a melhoria de sua qualidade, do seu emprego, bem como para a sua progressiva padronização (Brasil, 1956). Os objetivos centrais para a criação da Campanha Nacional de Material de Ensino consistiam em: "contribuir para a difusão da cultura; melhorar a qualidade do material de ensino, seu uso e padronização; e combater a elevação do custo do ensino, com o fornecimento de materiais didáticos a preço acessível para assistir os estudantes carentes" (Filgueiras, 2013, p. 318).

Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República em 31 de janeiro de 1956. Durante o seu governo, o INL passou a ser gerido por José Renato Santos Pereira, que se dedicou imediatamente à publicação da Revista do Livro. Segundo Bragança (2009), em seu primeiro número, a revista homenageou o autor Machado de Assis e Augusto Meyer, diretor do INL que ocupava a cadeira antes de José Renato. Ainda nesse mesmo número, transcreveu-se um projeto apresentado à Câmara pelo deputado federal Marco Parente para a abertura de crédito especial ao INL, destinado à aquisição de livros e à instalação de bibliotecas públicas em todas as cidades e municípios brasileiros, o que faria parte de uma grande campanha de combate ao analfabetismo brasileiro.

Embora o Projeto de Lei de Marco Parente não tenha sido aprovado, a criação da Revista do Livro se destacou como a principal iniciativa do INL durante o governo de Juscelino Kubitschek. Esse periódico impulsionou a publicação de duas novas séries pela Biblioteca de Divulgação Cultural, abordando temas literários e questões nacionais. Conforme Filgueiras (2013), o período também foi marcado pelo incentivo governamental à indústria gráfica brasileira, que se beneficiou da redução dos custos de papel e impressão, da isenção fiscal para livreiros e da diminuição das tarifas postais para o envio de livros. Essas medidas contribuíram para um aumento significativo na produção e distribuição de materiais até o início da década de 1960. No entanto, devido à ausência de políticas educacionais inclusivas, os livros e materiais didáticos não eram fornecidos gratuitamente, sendo vendidos a preço de custo em cooperativas escolares ou disponibilizados em postos de distribuição por todo o país.

[5] Na época, era presidente do Brasil Nereu de Oliveira Ramos, que ocupou a cadeira de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956, após a tentativa de golpe de Carlos Luz.

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

Em 1967, com a realização de um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) pelo Governo Militar, os esforços foram direcionados para fornecer 51 milhões de livros didáticos aos estudantes de escolas públicas brasileiras. Com a conclusão da Campanha Nacional de Material de Ensino, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) assumiu seu papel, instituída pela Lei nº 5.237, de 2 de outubro de 1967.

Segundo Filgueiras (2013), a XXII Conferência Internacional de Instrução Pública, promovida pela UNESCO em Genebra no ano de 1959, recomendava que os governos distribuíssem livros didáticos gratuitamente aos alunos do ensino primário, ou pelo menos aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, na eventualidade de restrições orçamentárias que impedissem a aquisição de livros para todos. Em consonância com essas diretrizes, a FENAME, a partir dos anos 1970, começou a disponibilizar materiais escolares e livros didáticos por todo o território nacional, refletindo o compromisso do governo federal da época com o desenvolvimento educacional.

Por meio do Decreto nº 68.728, de 9 de junho de 1971, a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos passaram à competência do Instituto Nacional. Em 1975, a FENAME tornou-se a editora oficial do governo. Em 1976, responsável pela execução do Programa do Livro Didático (PLD), a FENAME estabeleceu como objetivo a ampliação da produção e distribuição de material e livro didático, atendendo à expansão da escolarização e, simultaneamente, regulando o mercado editorial de didáticos. A princípio, a prioridade era manter o caráter assistencial ao aluno carente, mas devido a nova orientação, mudou o foco das suas ações, pautando-se na distribuição de material escolar e livros didáticos para professores de todo o país, produzindo não só obras de consultas, mas também livros didáticos para alunos e professores. Dessa forma, passou a concorrer com o mercado privado, o que abalou a produção da fundação. Em 1982, os postos de distribuição da FENAME foram fechados e em 1985 foi criado Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para substituir a Fundação Nacional de Material de Escolar.

Após o período do Governo Militar, algumas políticas de incentivo à cultura surgiram no contexto brasileiro. A Lei nº 7.505, de 20 de junho de 1986, conhecida como Lei Sarney, determinou incentivo fiscal para as empresas que investissem na produção artística no Brasil. A Lei nº 7.624, de 5 de novembro de 1987, vinculou a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro à Fundação Pró-Leitura, considerada uma fundação pública com personalidade jurídica de direito privado. Em 1990, por meio da Lei nº 8.209, o presidente

Fernando Collor decretou o fim da Fundação Nacional Pró-Leitura e do Instituto Nacional do Livro, criando o Departamento Nacional do Livro, subordinado diretamente à Biblioteca Nacional, que por sua vez estava vinculada a um órgão governamental. Em 1991, a Lei Sarney foi revogada pelo presidente Fernando Collor de Melo, sendo substituída pela Lei Rouanet (Lei nº 8.313/91), que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), visando a captação de recursos financeiros para a cultura.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi estabelecido em 1997, conforme estipulado pela Portaria Ministerial nº 584, de 28 de abril daquele ano. Criado para substituir iniciativas anteriores voltadas ao fornecimento de material paradidático, sua principal finalidade foi fomentar o hábito de leitura entre os estudantes da educação básica, oferecendo-lhes acesso a uma ampla variedade de textos e promovendo o desenvolvimento profissional dos professores por meio de atividades de leitura contínua. A implementação efetiva do PNBE teve início com a distribuição de livros em 1998, representando um avanço significativo na direção de enriquecer o ambiente educacional brasileiro com recursos literários diversificados.

A Política Nacional do Livro, estabelecida pela Lei nº 10.753 de 30 de outubro de 2003, veio a reforçar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que havia sido criado em 1985. Essa política assegurou, conforme o artigo primeiro, o direito de todos os cidadãos brasileiros ao pleno acesso e uso do livro (alínea I), refletindo a preocupação em democratizar a cultura literária e associá-la a fatores de desenvolvimento econômico, político, social e à equitativa distribuição de conhecimento e renda (alínea IX). Além disso, a lei enfatizou a importância do incentivo à pesquisa social e científica, do apoio à produção intelectual dos escritores nacionais e da promoção da competitividade no mercado internacional de livros.

Em consonância com esses objetivos, a Lei nº 10.753 previu a criação de linhas de crédito especiais para financiar editoras e distribuidoras de livros, uma medida que se concretizou em 2005 com o apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Adicionalmente, a legislação de desoneração fiscal promulgada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 21 de dezembro de 2004, que isentou a produção, comercialização e importação de livros do pagamento de PIS/Cofins/Pasep, teve um papel crucial na redução dos custos dos livros e no consequente crescimento do mercado editorial brasileiro nos anos subsequentes.

Desde o início do século XXI, observou-se um aumento significativo no interesse por políticas e programas que incentivam a leitura, envolvendo tanto iniciativas governamentais quanto movimentos sociais. Esse empenho em elevar os índices de leitura não se restringiu ao

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

Brasil; na verdade, expandiu-se globalmente, como evidenciado pelo Ano Ibero-Americano da Leitura, uma iniciativa da UNESCO em 2005, que engajou várias nações na promoção da leitura.

No Brasil, o Ano Ibero-Americano da Leitura foi denominado Vivaleitura, com atividades coordenadas pelo Ministério da Cultura e pelo comitê de mobilização. O Ministério da Educação, a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e o Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC) organizaram o movimento Vivaleitura no país. Além desses, conforme Tolentino (2002), governos, universidades, empresas privadas e instituições do terceiro setor foram mobilizados, promovendo uma série de encontros para discutir questões relacionadas ao livro e à leitura.

O Vivaleitura culminou, em março de 2006, com o lançamento do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) pelos ministros da Cultura, Gilberto Gil, e da Educação, Fernando Haddad. Transformar as políticas de fomento à leitura em uma política de Estado, superando a descontinuidade de ações governamentais anteriormente observada no Brasil, representou um passo significativo para integrar o incentivo à leitura em todas as esferas das políticas sociais do país.

Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): distribuindo livros e cidadania

O PNBE foi criado em 1997 por meio da Portaria Ministerial nº 584, de 28 de abril do mesmo ano, substituindo outros programas de material paradidático já existentes. Segundo Rosa e Odone (2006), o programa teve como objetivo incentivar os estudantes à leitura de textos diversos e aos professores, formação continuada por meio da leitura. O PNBE iniciou a distribuição de livros no ano de 1998 e em 2017 foi extinto, tendo as suas funções assumidas pelo PNLD.

Inicialmente, em 1998 e 1999, dois acervos foram distribuídos às escolas: o primeiro, composto por 215 títulos, foi direcionado às instituições com mais de 500 alunos, e o segundo, com 109 títulos, às escolas com mais de 150 alunos. Posteriormente, no ano 2000, o foco voltou-se para a formação continuada dos professores, com a criação do programa Parâmetros em Ação, destinado a esse público. Entre 2001 e 2003, os alunos da rede pública foram beneficiados pelo programa Literatura em Minha Casa. Todos os estudantes da 4ª e da 8ª série do ensino fundamental receberam uma coleção de literatura para iniciar ou complementar seu acervo pessoal e familiar.

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

Em 2003, com o objetivo ampliar os repertórios de leitura dos estudantes do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos, o PNBE incluiu quatro novas ações:

a) A Biblioteca Escolar: distribuição de 144 títulos de ficção e não-ficção, com ênfase na formação histórica, econômica e política do Brasil.

b) Casa da Leitura: organização de acervos destinados a complementar bibliotecas itinerantes para o uso comunitário. Entregues às prefeituras e secretarias, poderiam, ainda, complementar o conjunto de obras das bibliotecas públicas.

c) Biblioteca do Professor: distribuição de livros a todos os professores da rede pública das classes de alfabetização e ensino fundamental.

d) Palavra da Gente: coleção destinada aos alunos das classes da Educação de Jovens e Adultos.

Em 2005, a Secretaria de Educação Básica (SEB) iniciou um esforço concentrado para enriquecer os acervos escolares, disponibilizando uma diversidade de livros que abrangiam diferentes níveis de dificuldade e gêneros literários, como poesia, cantigas, crônicas, fábulas, lendas e novelas. Esse movimento beneficiou aproximadamente 17 milhões de alunos em mais de 136 mil escolas públicas do Brasil.

Prosseguindo com essa iniciativa, em 2007, o Ministério da Educação expandiu o alcance do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para cumprir as metas estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Com isso, além das escolas de ensino fundamental, as instituições de educação infantil e as escolas de ensino médio das redes públicas também passaram a receber os livros fornecidos pelo PNBE.

No ano seguinte, em 2008, o programa estendeu seu atendimento para incluir a educação infantil, os primeiros cinco anos do ensino fundamental e o ensino médio. Em 2009, a iniciativa alcançou os alunos dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e do ensino médio, distribuindo obras que incluíam poemas, contos, crônicas, peças teatrais, textos de tradição popular, romances, memórias, diários, biografias, ensaios, histórias em quadrinhos e clássicos literários.

Além disso, entre 2010 e 2012, o PNBE enriqueceu as bibliotecas escolares com a distribuição de publicações periódicas, como a Revista Nova Escola, Revista Ciência Hoje das Crianças, Revista Pátio – Pedagógica e Revista Pátio – Educação Infantil, conforme informações do portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Essa ação visava não apenas promover a leitura entre os estudantes, mas também apoiar o desenvolvimento profissional contínuo dos educadores.

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

No ano de 2010, o PNBE realizou a distribuição de aproximadamente 1,47 milhões de livros para escolas públicas de todo o país, abrangendo a educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental e a educação de jovens e adultos. Nesse mesmo ano, o programa implementou três ações estratégicas: a continuidade na distribuição de obras literárias para as bibliotecas escolares; a aquisição de livros de referência para apoiar os professores na preparação de planos de ensino e na condução das atividades em sala de aula; e a distribuição de periódicos com foco pedagógico para a formação e atualização dos educadores.

Em 2011 e 2012, o PNBE manteve a entrega dos periódicos, ampliando o número de escolas atendidas em relação ao ano anterior. Em 2011, o programa beneficiou alunos dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e do ensino médio. No ano seguinte, a iniciativa se estendeu para incluir a educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e a educação de jovens e adultos (EJA).

Prosseguindo com essa trajetória, em 2013, o PNBE forneceu livros literários para as escolas que atendiam aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio. E, em 2014, o programa voltou seu foco para as escolas de educação infantil, tanto creches quanto pré-escolas, além dos anos iniciais do ensino fundamental e a educação de jovens, consolidando assim seu compromisso com a promoção da leitura em diferentes etapas da formação educacional brasileira.

Em 2015, enfrentando restrições orçamentárias, o secretário-executivo do MEC, Cláudio Costa, declarou que não ocorreriam aquisições de livros naquele ano. Apesar das intensas críticas recebidas pela mídia e várias entidades, a suspensão do programa de livros persistiu. Contudo, com a assinatura do Decreto Presidencial nº 9.099 em 18 de julho de 2017 pelo presidente Michel Temer, houve a retomada do programa de distribuição de livros. Foi apenas em 2018 que as escolas públicas voltaram a receber novos livros de literatura, marcando uma fase de mudanças significativas no programa. O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi dissolvido, e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) assumiu a responsabilidade pela seleção, aquisição e distribuição de obras literárias, além dos livros didáticos, sendo renomeado para Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD): democratização do conhecimento e da literatura

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), atualmente, seleciona e distribui gratuitamente obras didáticas às instituições públicas de todo o país. Os componentes curriculares contemplados são: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira (anos

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

finais do ensino fundamental), Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes e os livros de Alfabetização. Além dos livros didáticos, também seleciona e distribui obras literárias, material didático, dicionários da Língua Portuguesa e material de atendimento aos alunos portadores de deficiência visual.

Com a reformulação do PNLD em 2017, os objetivos do programa, conforme o artigo 2º do Decreto-Presidencial nº 9.099 de 18 de julho do mesmo ano, passaram a ser:

> I - aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a consequente melhoria da qualidade da educação;
> II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica;
> III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;
> IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;
> V - apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor;
> VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017, art. 2º).

Após a dissolução do PNBE, tendo então, o PNLD assumido a coordenação da política de seleção, compra e distribuição de obras literárias, a comissão técnica passou a ser nomeada pelo MEC, por meio de chamada pública para a inscrição de candidatura individual, conforme Decreto nº 9.099. Assim, a comissão passou a avaliar as obras inscritas, enquanto às escolas coube a seleção do material a ser adotado.

Para que a escola participe do processo de distribuição de livros e materiais didáticos do PNLD, é necessário o preenchimento do Censo Escolar anualmente e cadastramento no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O Censo Escolar é uma ferramenta essencial para que o governo federal possa planejar ações no âmbito educacional, pois fornece o número de alunos matriculados nas redes de ensino do país. Sendo assim, é possível otimizar ações como: transporte escolar, distribuição de livros, implantação de bibliotecas e, principalmente, direcionar adequadamente a verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb[6].

A escolha do livro didático a ser utilizado é realizada pela própria escola, que por meio do Guia do Livro Didático, cria estratégias com professores e demais profissionais envolvidos com o processo para a análise e escolha do material. Assim, é importante que a escolha ocorra de maneira processual, observando as opiniões e experiências de todos os envolvidos, além de

[6] De acordo com o site do FNDE, o Fundeb é composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos estados, Distrito Federal e municípios vinculados à educação, em concomitância com a Constituição Federal. Sua aplicação é exclusiva para a manutenção e para o desenvolvimento da educação básica pública, bem como para a valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração.

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

levar em consideração os objetivos previstos no Projeto Político Pedagógico da escola. Cada instituição deve indicar duas possibilidades de coleção de livros, elegendo uma como a principal. Caso haja a impossibilidade de aquisição da obra selecionada inicialmente, opta-se pela segunda escolha.

Cumprido todo o processo de escolha, a escola envia os dados para as secretarias responsáveis que deverão compilar os dados e transmiti-los ao FNDE. A partir daí, inicia-se o processo de negociação com as editoras, sendo necessária a análise da documentação legal das obras e editoras. Não há necessidade de licitação nesse caso, de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, já que a escolha dos livros é realizada pelos professores levando em consideração o conteúdo das obras e sua possibilidade de atendimento ao público escolar, e não os valores cotados pelo material.

Após negociações diretas, as editoras e o FNDE firmam um contrato que autoriza o início da produção dos livros sob a supervisão técnica do órgão regulador. A distribuição fica a cargo das editoras, que operam em conjunto com o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), garantindo a entrega dos livros diretamente nas escolas, com exceção daquelas situadas em áreas rurais ou de difícil acesso.

Em 28 de março de 2018, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o primeiro edital de convocação do PNLD, que incluiu no programa a aquisição de material literário. O edital nº 01/2018 visava convocar os editores para o processo de aquisição de obras didáticas e literárias destinadas aos alunos dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Já o edital nº 02/2018 tinha como objetivo convocar os detentores de direitos autorais ao processo de seleção de obras literárias para estudantes da educação infantil, dos anos iniciais (1º ao 5º) do ensino fundamental e do ensino médio de escolas públicas federais, estaduais, municipais, do Distrito Federal e de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público. Após uma intensa pesquisa no portal do FNDE, não foram encontrados dados estatísticos sobre o número de livros literários entregues nas escolas; os dados disponíveis referem-se apenas aos livros didáticos.

A distribuição de livros literários à maior parte das escolas públicas brasileiras significa um grande avanço no projeto de construção de uma educação de qualidade oferecida a todos os cidadãos, já que é a escola a instituição responsável por incutir nos estudantes o hábito da leitura, principalmente, do texto literário. Professores e equipe pedagógica são capacitados para promoverem práticas que desenvolvam não só o hábito da leitura, mas também a compreensão do texto e sua utilização social nos diversos ambientes em que os sujeitos estão inseridos. Assim, todo investimento em acervo e formação continuada contribui

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

para o desenvolvimento do hábito da leitura e à formação de leitores, já que uma sociedade leitora é capaz de compreender as demandas e refletir sobre a realidade.

CONEXÕES LITERÁRIAS: INTEGRANDO O PNLD À ROTINA ESCOLAR

O caso relatado a seguir faz parte do processo de coleta de dados realizado durante uma pesquisa de doutorado na área de educação. A partir das observações realizadas em uma turma de nono ano do ensino fundamental de uma escola de rede federal, no estado de Minas Gerais, buscou-se compreender a apropriação do material literário elaborado pelo PNLD nesse contexto.

O trecho a seguir constitui-se num compilado extraído do diário de bordo da investigação, no qual foram transcritas as experiências vivenciadas a partir da prática realizada com o livro "A Revolução dos Bichos", de George Orwell, nas aulas de Língua Portuguesa. As observações ocorreram no período de um trimestre, em cinco horas-aula semanais, contendo 50 minutos cada hora-aula.

A obra é uma das mais emblemáticas do escritor e ensaísta indiano. A história se passa em um espaço rural de nome "Granja do Solar". Cansados de serem explorados, os animais da granja organizam uma revolta contra os humanos, sobretudo, o senhor Jones, dono da localidade. O proprietário da granja é um homem austero, de temperamento difícil e odiado pelos animais. Na trama, os porcos são animais dotados de habilidades intelectuais e lideram a revolta. Tendo a intenção inicial de implantar um regime igualitário a todos os animais da fazenda, os líderes acabam por corromperem-se, causando grande insatisfação entre os bichos. Uma história cheia de reviravoltas e confusões, traz à tona reflexões sobre a exploração, a igualdade e a liberdade. O livro foi utilizado nas aulas de Língua Portuguesa com a intenção principal de desenvolver conhecimentos sobre o gênero "distopia".

O trabalho com o gênero mencionado teve início com a exibição do filme "Jogos Vorazes" (Ross, 2012). Após assistirem ao filme na escola, a professora incentivou os estudantes a refletirem sobre os diversos elementos de construção do longa-metragem, tais como: a concepção binária do mundo, a padronização de comportamentos, o destaque em determinadas características de personagens.

Depois dessa atividade, passou-se à leitura do livro "A Revolução dos Bichos". A escola dispunha de 10 exemplares. Fora solicitado pela professora que aqueles que tivessem condições de comprar o livro, o fizesse e aqueles que não pudessem teriam os exemplares da escola à disposição. A leitura, inicialmente, foi realizada durante as aulas.

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

Antes de iniciar a leitura do primeiro capítulo do livro, a professora distribuiu um material impresso contendo um breve resumo da obra, extraído do site Wikipédia, e uma biografia do autor, também retirada do mesmo site. Durante a leitura do material, foram levantadas questões e hipóteses tanto pela professora quanto pelos alunos. O trabalho com o livro começou com a análise da capa, incluindo as cores, ilustrações, o tipo de letra utilizado no título, e os nomes do autor e da editora. Além disso, foi realizado um estudo detalhado da ficha técnica do livro. Enquanto a professora leu o primeiro capítulo em sala, recomendou aos alunos que lessem o segundo em casa.

Em outro momento, a discussão sobre a leitura dos capítulos começou com a formulação de hipóteses. Os alunos foram incentivados a levantar conjecturas sobre quem poderia ser o líder da trama. Assim, exploraram as possibilidades e os atributos de cada animal. Posteriormente, a leitura em sala foi conduzida pelos alunos em voz alta, pois a professora considerava que essa prática auxiliaria no desenvolvimento das habilidades para apresentações orais, contação de histórias e até mesmo para se expressarem melhor em diversas situações.

Enquanto os alunos liam, a professora interrompia ocasionalmente para permitir que o grupo fizesse comentários e questionamentos. Em alguns momentos, ela relembrou eventos estudados no ano anterior que estavam relacionados à leitura atual. Havia uma atenção significativa à leitura e aos esclarecimentos da professora. Os estudantes levantavam questões sobre alguns trechos e, por meio de discussões, chegavam a algumas conclusões.

Durante a leitura do livro em uma das aulas de Língua Portuguesa, a professora incentivou a turma a fazer uma pausa para discutir o conceito de igualdade. Além de trazer alguns esclarecimentos, a docente conduziu as discussões para que os próprios alunos forjassem suas definições. Essa discussão foi ampla e culminou com a conceituação do termo “ditadura”.

Durante a discussão de um dos capítulos do livro, surgiu um debate sobre o conceito de “canibalismo”, já que na história um dos animais é morto por outro companheiro. Além disso, foi feito um comentário sobre a relação entre o “boato” na trama e as “fake news” na atualidade. Na ficção, os proprietários das fazendas vizinhas começam a especular que a revolução dos bichos poderia inspirar outras revoluções nas fazendas próximas. A professora sugeriu aos alunos que relacionassem esse fato a outro evento da história mundial. Um dos alunos mencionou que “Cuba” seria um exemplo, pois ao se tornar comunista, poderia influenciar outras nações. A professora complementou com o caso da Venezuela, incluindo os rumores de que o Brasil poderia seguir o mesmo caminho em questões econômicas e sociais,

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

conforme alguns políticos e defensores partidários. Ela também destacou que a política faz uso do discurso para persuadir as pessoas, como acontece durante os períodos eleitorais e no cenário político pós-eleitoral.

Em um dos momentos da leitura, surge uma frase dita por um dos personagens que acena para uma discussão bastante interessante. Trata-se da fala de um dos animais da fazenda: “guerra é guerra. Humano bom, é humano morto”. Imediatamente, os alunos remeteram-se à lembrança de outra frase bastante conhecida: “bandido bom, é bandido morto”. A professora aproveitou o momento para ouvir dos alunos seus argumentos a favor ou contra essa fala. A discussão foi encerrada ao concluírem que nenhum ser humano deve perder a vida de forma violenta, nem mesmo os criminosos.

Em outra aula, um dos alunos comentou que o livro é recheado de “personificação”. A professora aproveitou o momento para explicar a diferença entre personificação, metonímia e metáfora. A participação dos alunos nesse processo foi intensa, com a maioria expressando suas opiniões e muitos identificando as figuras de linguagem nos nomes das personagens do texto.

Essa compreensão das figuras de linguagem ganhou ainda mais relevância quando um dos personagens principais do livro, um porco chamado Napoleão, foi discutido. Ele é retratado como líder e está à frente da rebelião dos bichos na fazenda. Um aluno comparou o personagem com o Imperador Napoleão, estabelecendo até mesmo uma conexão entre a revolução dos bichos no livro e a Revolução Francesa. Essa observação desencadeou uma discussão mais ampla, na qual vários outros estudantes se manifestaram, destacando os acontecimentos que levaram à Revolução Francesa.

Durante a correção de uma das questões propostas pela professora, surgiu um debate sobre a manipulação das massas, destacando passagens do texto que exemplificavam como essa manipulação era realizada. Após essa discussão, a professora orientou os alunos sobre a construção das respostas às questões, enfatizando a necessidade de elaboração na escrita, mesmo que os alunos tenham facilidade para expressar verbalmente suas ideias.

Em outra aula, a professora destacou a fala de um dos personagens e solicitou aos alunos que analisassem o discurso, identificando o tempo verbal utilizado e o vocativo. Houve participação ativa dos alunos nessa atividade, e a docente aproveitou para aprofundar as explicações sobre os temas.

Durante as observações, foi possível perceber que a professora utilizou o livro de literatura para trabalhar diversas habilidades e competências, dispensando o uso de livro

didático. Também ficou evidente o envolvimento dos alunos nas atividades propostas, pois estas eram contextualizadas a partir da leitura do texto.

REFLEXOS E REFLEXÕES: A INTERSECÇÃO ENTRE PNLD E PRÁTICA PEDAGÓGICA

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é um recurso abrangente que beneficia as instituições educacionais em todo o Brasil, assegurando-lhes acesso a materiais didáticos e literários. Esse programa desempenha um papel crucial na disseminação da cultura literária e no fortalecimento da educação, incentivando ativamente a prática da leitura. A escola, responsável por fomentar a educação formal, além de desenvolver currículos, programas, metodologias e disciplinas, desempenha também um papel fundamental na promoção da leitura e na formação de leitores. Nesse contexto, as iniciativas do PNLD para promover a leitura e impulsionar a educação encontram um ambiente favorável dentro da estrutura escolar.

Antonio Candido (2001, p. 189), renomado defensor da democratização da arte, afirma que o direito à literatura é um direito humano inalienável. Para o autor, "a fim de que a literatura considerada erudita não seja mais um privilégio de poucos, é necessário que a estrutura social seja organizada de modo a garantir uma distribuição justa dos recursos". Nesse sentido, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) emerge como uma política pública destinada a assegurar o acesso universal dos estudantes brasileiros à literatura. Além de fomentar o hábito de leitura e a formação de leitores, as obras fornecidas às escolas representam um recurso valioso para o desenvolvimento de conhecimentos e conteúdos, visto que o processo de aprendizado na escola é fundamentado na prática da leitura.

Após analisadas as observações narradas, tornou-se evidente a importância do processo de seleção e distribuição dos livros de literatura pelo PNLD. Essas ações não apenas enriquecem os acervos das escolas, mas também asseguram a qualidade das obras disponibilizadas por meio de um rigoroso controle de seleção, que abrange uma diversidade de gêneros e tipos textuais, proporcionando diversas possibilidades de trabalho com o material.

Sendo o texto o elemento central da unidade de trabalho no contexto observado, o desenvolvimento das práticas baseava-se no uso significativo das linguagens em atividades de leitura, o que se fez a partir de material literário adequado e preparo da professora. As condições de trabalho da docente observada influenciaram diretamente no desenvolvimento

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

das práticas, já que as observações ocorreram em um sistema escolar onde há a dedicação exclusiva e salários compatíveis com o nível de formação do profissional. No entanto, este é um assunto a ser tratado em outra oportunidade. O foco deste estudo é mostrar a importância e as possibilidades que os livros recebidos pelo PNLD são capazes de oferecer às práticas escolares.

No estudo em questão, observou-se que a professora optou por utilizar o livro "A Revolução dos Bichos", como recurso principal, dispensando até mesmo o uso do livro didático. Desse modo, desenvolvendo um trabalho ativo com o texto, em busca de compreensão e significado, foi possível expandir as possibilidades de aprendizagem e envolver o grupo em discussões de temas gerados a partir da leitura, além de criar relações com diversos outros textos e contextos. Leite (2010, p. 2216) reforça essa abordagem ao afirmar que "ler é um processo que vai além, rompe as fronteiras da decodificação e não é um processo estanque; é um meio, um caminho de construção/reconstrução de sentidos para o qual o leitor utiliza toda sua bagagem de conhecimentos do mundo". Nesse cenário, a leitura do livro mostrou-se uma ferramenta poderosa no desenvolvimento de competências variadas, possibilitando o envolvimento e a participação dos estudantes, fomentando a participação ativa de todos e valorizando suas experiências, ao mesmo tempo em que encorajava diversas formas de expressão.

A leitura do livro selecionado desencadeou discussões enriquecedoras sobre temas como igualdade, ditadura e canibalismo, conceitos que emergiram das reflexões construídas nas aulas de Língua Portuguesa. Essa abordagem permitiu que os estudantes ultrapassassem as práticas comuns de leitura e interpretação, alcançando um entendimento mais aprofundado da literatura. Além disso, enfatizou-se a relevância de um discurso crítico em tempos de proliferação de informações falsas, ressaltando a necessidade de discernimento para influenciar positivamente a compreensão de eventos e a tomada de decisões conscientes.

A professora aproveitou a diversidade de temas abordados para enriquecer as discussões em sala de aula e, simultaneamente, estimular a reflexão sobre os elementos linguísticos presentes no texto. Nesse sentido, incluiu atividades metalinguísticas que permitiram aos estudantes explorar a regularidade, sistematização e as características da língua. Adicionalmente, aprofundou-se em reflexões sobre regimes políticos existentes, como o comunismo em Cuba e na Venezuela, além de eventos históricos significativos, como a Revolução Francesa, e questões éticas como a pena de morte para criminosos. Embora não fossem temas previstos no planejamento das aulas de Língua Portuguesa, puderam ser

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

abordados de forma natural e interativa, contando com a participação engajada da maioria dos estudantes.

Na esfera contemporânea, a proliferação de estímulos audiovisuais disseminados por meio das mídias digitais, notadamente a Internet, tem contribuído para uma tendência de desvalorização da leitura de textos literários. Adultos, jovens e crianças têm demonstrado uma predileção crescente pelo entretenimento disponível em redes sociais, em detrimento da leitura de livros em formato físico. Frequentemente, observa-se uma dificuldade generalizada em manter a atenção em leituras de textos breves, mesmo quando apresentados em interfaces digitais, devido à presença de estímulos distrativos que desviam o foco para novos interesses. Tal cenário suscita inquietação entre educadores e pesquisadores do campo literário, pois a leitura aprofundada e contínua de textos é considerada um elemento crucial para o desenvolvimento cognitivo e sociocultural dos indivíduos.

A leitura como base de aprendizagem escolar proporciona contexto e significado ao que é ensinado, além de formar leitores autônomos e interativos. Dessa forma, o leitor é "capaz de interrogar-se sobre sua própria compreensão, estabelecer relações entre o que lê e o que faz parte do seu acervo pessoal, questionar seu conhecimento e modificá-lo, estabelecer generalizações que permitam transferir o que foi aprendido para outros contextos diferentes" (Solé, 1998, p. 98). Portanto, o objetivo é não apenas capacitar os estudantes para compreenderem textos e conteúdos escolares, mas também expandir as suas visões de mundo e da realidade em que estão inseridos.

O contexto sociocultural do Brasil tem se mostrado a partir de uma visão limitada de leitura e valorização insuficiente da linguagem escrita. A transformação desse cenário demanda investimentos em infraestrutura material e no desenvolvimento profissional contínuo dos educadores. Nesse sentido, a escola tem se destacado como o vetor mais eficaz para o fomento da leitura. As estratégias nacionais de estímulo à leitura têm evoluído progressivamente, materializando-se em iniciativas de promoção de acesso ao livro e à literatura. E embora ainda sejam necessários ajustes para assegurar a distribuição sistemática de materiais literários, as ações implementadas até o momento já engendraram uma série de práticas pedagógicas voltadas ao manejo de textos literários.

Com a política do PNLD, o contato com o material literário de qualidade tornou-se possível para as crianças das classes trabalhadoras, ampliando o conhecimento literário e o potencial de criticidade. Dessa forma, a prática de leitura literária, conforme afirmam Lima e Faria (2021, p. 29), "permite vivenciar novas indagações, questionamentos, inquietações, experiências, diferentes realidades e situações, sem que, para isso, o leitor precise deixar de

lado a individualidade, a subjetividade". Proporcionar práticas de leitura dentro do contexto escolar é uma ação que viabiliza o desenvolvimento de diferentes áreas e que, ao lado de outras ações relevantes dentro do contexto da educação, pode trazer benefícios para toda a sociedade.

Nesse panorama, as políticas educacionais e culturais devem ser direcionadas para a revalorização da cultura literária como um pilar fundamental na formação de cidadãos críticos e atuantes. É essencial que a escola possa contar com profissionais capacitados e valorizados, que incentivem a leitura reflexiva e crítica, preparando os estudantes para a interação com textos e contextos. Portanto, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) desempenha um papel central em iniciativas que incentivam a leitura e precisa continuar sendo fortalecido e melhorado para assegurar um aumento significativo no número de leitores de literatura nos próximos anos.

CONSIDERAÇÕES

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é reconhecido como uma política robusta que promove o acesso ao livro e fomenta a leitura. Visando compreender seus reflexos nas escolas, realizou-se uma pesquisa prática para explorar como esse material seria utilizado em uma instituição de ensino pública notável pelo seu bom desempenho.

A partir da investigação desenvolvida, observou-se que o material didático não só estava integrado às atividades escolares, mas também exercia o papel de enriquecedor do processo educativo. A leitura do livro "A Revolução dos Bichos" transcendeu a mera decodificação de texto, desencadeou debates estimulantes e fomentou a construção de conhecimento.

Entende-se que o acesso ao livro literário, embora não resolva integralmente a carência de leitores no país, é um recurso fundamental que deve ser complementado por outras iniciativas de valor equivalente para melhorar os índices de leitura nacional. Reconhece-se, igualmente, que a elevação dos níveis de leitura é benéfica para aprimorar a qualidade educacional e exerce um impacto positivo na sociedade; contudo, é preciso implementar medidas adicionais para concretizar o ideal de proporcionar educação de qualidade a todos os cidadãos brasileiros.

Revista Literatura em Debate, v. 19, n. 33, p. 108-131, jan./jun. 2024.
DOI: 10.31512/19825625.2024.19.33.108-131

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, Anibal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**, ano 2, n. 2, p. 221-246, 2009. Disponível em: As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967) | MATRIZes (usp.br). Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: Promulgada em 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: Constituição34 (planalto.gov.br). Acesso em: 2 jul. 2022.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Promulgada em 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: Constituição46 (planalto.gov.br). Acesso em 2 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, 2017. Disponível em: D9099 (planalto.gov.br). Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 38.556, de 12 de janeiro de 1956. Institui a Campanha Nacional de Material de Ensino. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 68.728, de 9 de junho de 1971. Provê sobre a política do livro técnico e do livro didático e dá outras providências. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 21 jun. 2023

BRASIL. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Brasília, 1985. Disponível em: D91542 (planalto.gov.br). Acesso em: 17 set. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937 – Cria o Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 2 jul. 2022.

BRASIL. Divulgados os resultados do Pisa 2022. Portal gov.br. Disponível em: Divulgados os resultados do Pisa 2022 — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep (www.gov.br). Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Histórico - FNDE. Disponível em: https://www.gov.br/fnde. Acesso em: 1 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e da Saúde. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: L0378 (planalto.gov.br)Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.237, de 02 de outubro de 1967. Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr$ 8.700.000.000,00 (oito bilhões e setecentos milhões de cruzeiros), para

atender aos encargos do ano de 1965 da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública. Disponível em Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em: 11 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.505, de 20 de junho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Disponível em: L7505 (planalto.gov.br). Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.624, de 05 de novembro de 1987. Autoriza a instituição de fundações, e dá outras providências. Disponível em: L7624 (planalto.gov.br). Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Lei 8.209, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal e da outras providências. Disponível em: L8029cons (planalto.gov.br). Acesso em: 22 agos. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. regulamenta o Art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. Disponível em: L8666consol (planalto.gov.br). Acesso em: 13 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: L10753 (planalto.gov.br). Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – Lei Rouanet. Restabelece princípios da Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: Lei 8313/1991 (camara.leg.br). Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas e literárias para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2020. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld. Acesso em: 21 mai. 2023.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 584, de 28 de abril de 1997. Disponível em: Portaria n.º 584, de 28 de abril de 1997 » Abrelivros. Acesso em: 21 jul. 2022.

CANDIDO. Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. A produção de materiais didáticos pelo MEC: da Campanha Nacional de Material de Ensino à Fundação Nacional de Material Escolar. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 33, nº 65, 2013. p. 313-335. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/NKst9MKrWyTfnPQdyMMVPrJ/. Acesso em: 30 mai. 2023.

LEITE, Marcia. A leitura na escola: o intertexto como fator de interpretabilidade. **Cadernos do CNLF**, Vol. XIV, Nº 4, t. 3. p.2215-2225. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_3/2215-2225.pdf. Acesso em: 1 de fev. 2024.

LIMA, Sheila Oliveira; FARIA, Tatiele Jesus**. Leitura de Literatura no Ensino Fundamental II. Linguagens, discursos e leituras: o texto literário e não literário em discussão. Revista Literatura em Debate.** v. 16, n. 28 (2021). p. 22-44. Disponível em: https://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/3974. Acesso em: 11 jan. 2024.

ORWELL, George. **A Revolução dos Bichos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ROSA, Flavia Goulart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ci. Inf.** Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set/dez. 2006. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1124. Acesso em: 22 fev. 2023.

ROSS, Gary. **Jogos Vorazes.** Paris (França): Lionsgate, 2012. 1 DVD.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 fev. 2023.

TOLENTINO, Jéssica Mariana Andrade. **A Literatura para crianças e Jovens sob coerções: uma análise crítica do PNLD Literário.** Dissertação (Mestrado em Estudos de linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: https://sig.cefetmg.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=307&noticia=22518757. Acesso em: 20 fev. 2022.

SOBRE AS AUTORAS

Cintia Chung Corrêa Marques
Doutora em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP/RJ), Brasil. Professora Assistente da Universidade Católica de Petrópolis (UCP/RJ).
E-mail: cintia.chung@ucp.br

Fernanda Gonçalves Doro
Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP/RJ), Brasil. Bolsista da CAPES.
E-mail: fernanda.42140096@ucp.br

Artigo recebido em 15/02/2024.
Artigo aceito em 15/05/2024.